

CONCURSO PÚBLICO 08/2020

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

A LEITURA COMPETENTE DAS INSTRUÇÕES A SEGUIR É ESSENCIAL PARA A REALIZAÇÃO DESTA PROVA.

- Duração da prova: **3 horas e meia**.
- Tempo mínimo de permanência na sala: **1 hora e meia**.

Este Caderno é composto de **50 questões** objetivas de múltipla escolha.

- Verifique se o cargo descrito acima coincide com o de sua inscrição e confira se o seu caderno possui todas as páginas.
- Qualquer problema, comunique ao fiscal.
- Utilize o Caderno de Questões como rascunho, transferindo as alternativas assinaladas, ao final, para a Folha de Respostas.

Não haverá troca do Caderno de Questões ou da Folha de Respostas, portanto tenha muita atenção ao assinalar a **alternativa escolhida** (à CANETA).

- Assinale apenas uma única alternativa para cada questão.
- Serão consideradas erradas as questões com dupla marcação ou com rasuras.
- Leia atentamente as instruções constantes de sua **FOLHA DE RESPOSTAS**.
- Não esqueça de assinar a sua Folha de Respostas, que deverá ser devolvida ao fiscal da sala.
- Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta ponta grossa, não porosa, para preencher sua Folha de Respostas personalizada.
- O campo da alternativa escolhida deverá ser preenchido por inteiro, conforme instrução constante na própria Folha de Respostas.

De acordo com o Edital:

- Para levar seu Caderno de Questões, o candidato deverá permanecer na sala por um **período mínimo de uma hora e meia**.
- Por razões de segurança, os Cadernos de Questões somente serão entregues aos candidatos no local de aplicação das provas, na forma descrita no item anterior.

Divulgação dos Resultados:

- Gabaritos das Provas Objetivas: previsto para 10/03/2020.

Locais de divulgação dos eventos:

- Sites: www.ibamsp-concursos.org.br e www.santos.sp.gov.br
- Jornal: Diário Oficial de Santos



1. A frase do primeiro quadrinho foi redigida em desacordo com a norma culta. Ela está reescrita com as correções necessárias em qual alternativa?
 - a) Explica-me o porquê você gasta menos do seu tempo em projetos do que os outros engenheiros.
 - b) Me explique o por quê de você gastar menos do seu tempo em projetos do que os outros engenheiros.
 - c) Explique-me o porquê de você gastar menos do seu tempo em projetos do que os outros engenheiros.
 - d) Me explica o por que de você gastar menos do seu tempo em projetos do que os outros engenheiros.

2. Da leitura do primeiro quadrinho depreendemos que o quesito “honestidade”:
 - a) faz parte da política da empresa em que estão inseridos os personagens da tira.
 - b) motiva os funcionários da historieta a apresentarem maior quantidades de projetos.
 - c) foi uma sugestão brilhante apresentada pelo chefe da empresa aos funcionários para melhor executarem seus projetos.
 - d) é o fato ensejador de o personagem Dilbert (o que usa óculos) apresentar menos projetos do que os outros engenheiros.

O mercado de barcos de luxo chega com atraso ao debate sobre o desenvolvimento de uma indústria sustentável, assunto antigo no setor automotivo.

O segmento náutico começa a fazer pesquisas e testes para viabilizar tecnologias de motor híbrido para os iates, reduzindo a poluição. A evolução é lenta porque as embarcações demandam motores mais potentes e baterias com maior capacidade de armazenamento de energia, de acordo com executivos.

Extraído do jornal “Folha de São Paulo”, edição de 19/1/2020.

3. Leia os trechos a seguir.
 - I. “O mercado de barcos de luxo chega com atraso ao debate”.
 - II. “pesquisas e testes para viabilizar tecnologias”.

Os elementos sublinhados, no contexto em que estão inseridos denotam, respectivamente:

 - a) I – modo; II – finalidade.
 - b) I – instrumento; II – direção.
 - c) I – causa; II – explicação.
 - d) I – finalidade; II – consequência.

4. “O segmento náutico começa a fazer pesquisas e testes para viabilizar tecnologias de motor híbrido” – a substituição dos segmentos sublinhados pelos pronomes oblíquos correspondentes deu-se em conformidade com a norma culta em qual alternativa?
 - a) O segmento náutico começa a lhes fazer para as viabilizar.
 - b) O segmento náutico começa a fazê-los para viabilizá-las.
 - c) O segmento náutico começa a fazer-lhes para viabilizar-lhes.
 - d) O segmento náutico começa a fazê-las para viabilizá-las.

5. “demandam motores mais potentes” – o sentido do excerto só não seria mantido se substituíssemos o verbo ali presente por:
 - a) requerem.
 - b) carecem de.
 - c) exigem.
 - d) prescindem de.

MARX TINHA RAZÃO

Tenho conversado com pessoas cujos condomínios contrataram portarias inteligentes e as opiniões são controversas. Mas a moda está pegando e a demissão em massa dos profissionais na área cresce.

Uma portaria inteligente é uma portaria sem porteiros ou nenhum funcionário similar. Você fala com um cara, sei lá, no Acre, que monitora 150 portarias pelo país. O argumento básico é a redução de custos, claro.

Podemos olhar para esse fenômeno de um modo mais amplo, ou mais imediato, ligado ao cotidiano. A portaria inteligente torna o prédio impermeável, inclusive a você e a seus convidados ou encomendas. Coisa de gente chata.

A ordem espontânea e expandida (expressão usada pelo economista liberal Friedrich Hayek para se referir ao mercado) é uma entidade moral, social, política e econômica. Na China, por exemplo, você vê um número enorme de pessoas, claramente sem grande formação, realizando pequenos trabalhos.

Esse fato garante a atividade e a dignidade de pessoas dentro dessa ordem espontânea e expandida. Economia sem a dimensão social é uma economia tão cega quanto um mercado em que o Estado controla preços: gera desemprego, instabilidade, e, por tabela, pobreza, concentrando a riqueza na mão de quem destrói o próprio tecido social do mercado. Coisa de idiotas de mercado.

Infelizmente, no Brasil, existe em grande número esse personagem que é o idiota de mercado ou o liberal inteligentinho, que acha que sociedade de mercado é uma entidade meramente econômica.

Não. O mercado é moral e social. Adam Smith, filósofo do século 18, antes de ser um economista, foi um filósofo moral. Como você identifica um idiota de mercado?

Esse personagem confunde a dimensão social e moral do mercado com a ingerência de um Estado gigantesco na vida das pessoas. A dimensão social e moral do mercado é a responsabilidade moral dos agentes econômicos nas suas pequenas decisões diárias, nas suas esferas de poder. Mas, para além dessas consequências mais amplas, há que se pensar nas consequências mais imediatas, a curto e médio prazo, no mínimo.

A humanidade envelhece a passos largos. Idosos que conseguem manter suas casas, onde viveram e constituíram memória, dependem de pessoas que os ajudem a lidar com o cotidiano, nos prédios em que vivem. Portarias inteligentes destroem essa dimensão do vínculo externo da casa com o condomínio. Apenas *millennials*, enquanto ainda têm 15 anos de idade, não percebem isso.

Todo mundo sabe que porteiros e similares são os primeiros a darem socorro e tomarem decisões em momentos de emergência. Muitos idosos dependem deles no seu dia a dia, inclusive para ajudar na lida com pequenas compras. Os inteligentinhos de mercado, provavelmente, dirão que esses idosos devem ser lançados em casas de repouso, locais em que a história presente na memória material deles inexistente.

O problema é que o número de idosos só cresce, e destruir essa rede de vínculos próximos, no cotidiano, só aumenta a inviabilidade da vida desses idosos nos prédios em que sempre viveram. É uma forma clara de desumanização.

Se por um lado, a sociedade contemporânea deve pensar no meio ambiente e nos jovens, ela deve se ocupar com o modo como lidará com o crescimento da longevidade.

Outro traço das portarias inteligentes é o aumento gigantesco de burocracia, inclusive mediado pelo uso de ferramentas mais próximas à sensibilidade dos *millennials*.

Receber, por exemplo, uma nova faxineira, transforma-se num processo semelhante a tirar vistos para viajar. Cada passo banal da relação do prédio com o mundo externo se transforma num grande processo kafkiano.

Compilado. Luiz Felipe Pondé, jornal "Folha de São Paulo", edição de 20/1/2020.

6. Opiniões controversas – primeiro parágrafo – são aquelas que:

- a) convergem entre si.
- b) complementam-se, a despeito de díspares.
- c) têm por predicado o fato de serem contestáveis.
- d) invariavelmente são contrárias ao senso comum.

7. Da leitura do texto deduzimos não ser possível relação de causa e consequência entre uma portaria inteligente e:

- a) demissões em massa.
- b) incremento do número de funcionários similares a porteiros.
- c) monitoração a longa distância.
- d) redução de custos.

8. Para o autor, o fato de na China existir um número enorme de pessoas sem grande formação, realizando pequenos trabalhos:
- é uma forma de garantir a dignidade e a atividade das pessoas inseridas na chamada ordem espontânea e expandida.
 - possibilitou a criação da ordem espontânea e expandida posteriormente adotada como parâmetro moral, social e político pelo economista liberal Friedrich Hayek.
 - potencializa uma economia cega na qual prevalece o despreparo dos trabalhadores frente a um mercado cada vez mais competitivo.
 - permite um Estado mais centralizador que controla preços e empregos e, por consequência, erradica a pobreza.
-

9. “o liberal inteligentinho” – o uso do diminutivo no segmento:

- ressalta a característica “inteligência” dos liberais.
 - foi empregado afetivamente.
 - evidencia opinião desabonadora do autor sobre o liberal.
 - foi opção linguística do autor que, contudo, não produz qualquer efeito semântico no período.
-

10. Leia as asseverações feitas sobre o texto.

- O autor compactua com o ideário de Adam Smith, filósofo do século 18, no sentido de que a sociedade de mercado deve ser uma entidade meramente econômica.
- Pondé define o “idiota de mercado” como o indivíduo que se opõe à necessária ingerência do Estado como elemento regulador na vida das pessoas.
- Na acepção do autor as portarias inteligentes têm o condão de minar o necessário vínculo de idosos com pessoas que os auxiliem a lidar com o cotidiano, inviabilizando suas vidas nos prédios em que muitos sempre viveram.
- A analogia da recepção de uma nova faxineira ao processo de tirar vistos para viajar se dá no seguinte sentido: as portarias inteligentes facilitarão a interação entre elementos internos e externos aos condomínios, que passarão a ser mais bem controlados e ao mesmo tempo menos burocráticos.

Representa inferência possível de sua leitura o afirmado em:

- uma proposição apenas.
 - duas proposições apenas.
 - três proposições apenas.
 - todas as proposições apresentadas.
-

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

11. No sistema operacional Windows 10, o usuário pode ajustar o tamanho e a posição de uma janela para que ela ocupe a metade esquerda ou direita da tela. Para isso, ele deve selecionar a barra de título da janela desejada e:

- pressionar o atalho de teclado Ctrl+A ou Ctrl+S, respectivamente.
 - clicar duas vezes sobre a barra de título.
 - arrastar a janela até a borda da tela do lado desejado.
 - mover a janela sobre o menu Iniciar.
-

12. Quando se utiliza dois monitores em um computador executando o sistema operacional Windows 10, o usuário pode alternar entre diferentes formas de exibir a área de trabalho nos monitores como duplicar, estender ou exibir em somente um dos monitores. Para isso, ele pode utilizar o atalho de teclado:

- Tecla do logotipo do Windows + M
 - Tecla do logotipo do Windows + P
 - Ctrl + M
 - Ctrl + P
-

13. O Microsoft Word 2016 possui um conjunto de ferramentas para a criação de documentos de mala direta, como o comando Envelopes e o comando Etiquetas, os quais fazem parte da Faixa de Opções, na guia:

- Design.
 - Página Inicial.
 - Exibir.
 - Correspondências.
-

14. No Microsoft Word 2016, o usuário pode centralizar rapidamente o texto que está editando por meio do atalho de teclado:
- Ctrl + C
 - Ctrl + E
 - Ctrl + T
 - Ctrl + W
-

15. Para formatar rapidamente um documento do Microsoft Word 2016, aplicando um conjunto de regras de formatação consistente nos elementos do documento, como títulos, subtítulos, citações e referências, pode-se utilizar na Faixa de Opções, guia Página Inicial, as opções de formatação existentes na ferramenta:
- Galeria de Estilos.
 - Cabeçalhos e Rodapés.
 - Layout.
 - Sumário.
-

16. Em uma planilha do Microsoft Excel 2016 são armazenados na coluna A os nomes de uma série de municípios em ordem crescente, e na coluna B o número de habitantes de cada município, sendo um município em cada linha da planilha. Para criar uma fórmula em que dado o nome de um município seja retornado o número de habitantes desse município, o usuário pode utilizar a função:
- CONT.SE
 - SOMA
 - REF.CRUZADA
 - PROCV
-

17. Sobre a função VF do Microsoft Excel 2016, é correto afirmar que tem por objetivo:
- calcular o valor futuro de um investimento com base em pagamentos periódicos e constantes e uma taxa de juros constante.
 - verificar se o valor de uma célula atende a uma condição determinada pelo usuário.
 - inverter verticalmente os dados de uma matriz ou intervalo de células.
 - calcular a taxa de juros efetiva dada a taxa de juros nominal e o número de períodos compostos por ano.
-

18. No Microsoft Excel 2016, a fórmula =MENOR(A1:B10;5) tem por objetivo:
- retornar os cinco menores valores no intervalo de células entre A1 e B10.
 - retornar todos os valores menores do que cinco no intervalo de células entre A1 e B10.
 - retornar o quinto menor valor no intervalo de células entre A1 e B10.
 - retornar uma matriz com as cinco primeiras linhas do intervalo de células entre A1 e B10.
-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

19. A respeito dos princípios básicos da administração pública, assinale a alternativa incorreta.
- O princípio da moralidade administrativa – enquanto valor constitucional revestido de caráter ético-jurídico – condiciona a legitimidade e a validade dos atos estatais.
 - A administração pública submete-se ao princípio da legalidade, sobrepondo-se ao regulamento a lei em sentido formal e material.
 - O princípio da impessoalidade vincula a publicidade ao caráter educativo, informativo ou de orientação social é incompatível com a menção de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal ou de servidores públicos.
 - A mera publicação do ato administrativo no diário oficial não garante, por si só, a autenticidade e a integridade da informação, necessárias para dar eficácia ao princípio da publicidade.
-
20. A propósito da sistemática de controle administrativo, legislativo e judiciário dos atos administrativos, não é correto afirmar que:
- o exame prévio da validade dos editais de licitação e contratos administrativos celebrados pelo poder público se insere dentre as competências atribuídas aos Tribunais de Contas.
 - a Controladoria-Geral da União (CGU) pode fiscalizar a aplicação de verbas federais onde quer que elas estejam sendo aplicadas, mesmo que em outro ente federado às quais foram destinadas.
 - a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
 - o parecer técnico elaborado pelo tribunal de contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à câmara de vereadores o julgamento das contas anuais do chefe do Poder Executivo local.
-

21. A propósito da anulação dos atos administrativos não é correto afirmar que:

- a) produz efeitos ex nunc.
 - b) somente pode ocorrer por motivo de ilegalidade.
 - c) alcança atos vinculados e discricionários.
 - d) trata-se de decisão vinculada.
-

22. Acerca das sociedades de economia mista que executam atividades em regime de concorrência, não é correto afirmar que:

- a) não gozam dos privilégios da Fazenda Pública em Juízo.
 - b) não se sujeitam a fiscalização e controle do Tribunal de Contas.
 - c) encontram-se sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas.
 - d) não gozam de privilégios fiscais não extensivos aos do setor privado.
-

23. Nos termos da Lei nº 8.666/93, poderá ser adotada a modalidade concorrência ou leilão para alienação de bens imóveis cuja aquisição haja derivado de:

- a) doação sem encargo.
 - b) processo de loteamento.
 - c) doação em pagamento.
 - d) desapropriação amigável.
-

24. A propósito dos contratos administrativos, não é correto afirmar que:

- a) aplicam-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
 - b) em regra, a sua duração encontra-se adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário.
 - c) a publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial é condição indispensável para sua eficácia.
 - d) pode ser alterado, unilateralmente, com as devidas justificativas, quando necessária a modificação do regime de execução do serviço.
-

25. Indique, dentre as alternativas abaixo, aquela que contempla parte legítima para propor mandado de segurança coletivo.

- a) Ministério Público.
 - b) Qualquer cidadão.
 - c) Partido político com representação no Congresso Nacional.
 - d) Defensoria Pública.
-

26. Quanto aos atos vinculados e discricionários, não é correto afirmar que ambos:

- a) podem ser objeto de anulação pela Administração e pelo Judiciário.
 - b) se sujeitam ao controle judicial quanto ao motivo e objeto.
 - c) podem ser objeto de convalidação pela Administração.
 - d) podem ser objeto de revogação pela Administração.
-

27. A propósito do conjunto de normas aplicáveis aos servidores públicos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Legislação infraconstitucional pode dispor sobre vantagem ou garantia não vedada ou não disciplinada pela Constituição da República.
 - b) A normatização de direitos dos servidores públicos em lei orgânica do Município é de todo inconstitucional.
 - c) O vencimento do servidor público não pode ser inferior a um salário mínimo.
 - d) A fixação de vencimento dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.
-

28. De acordo com a Constituição Federal a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos é objetiva com base na teoria:

- a) do risco integral.
 - b) do risco administrativo
 - c) da culpa exclusiva.
 - d) da culpa administrativa.
-

29. De acordo com as normas que regem as sociedades em conta de participação, não é correto afirmar que:
- a) salvo disposição em contrário, o sócio ostensivo não pode admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais.
 - b) a falência do sócio ostensivo acarreta a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.
 - c) obriga-se perante terceiro tão-somente o sócio ostensivo; e, exclusivamente perante este, o sócio participante, nos termos do contrato social.
 - d) aplica-se à sociedade em conta de participação, subsidiariamente e no que com ela for compatível, o disposto para a sociedade limitada.
-

30. De acordo com as normas que regem as sociedades limitadas, assinale a alternativa incorreta.
- a) A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
 - b) O contrato social poderá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
 - c) A incorporação, fusão e dissolução da sociedade obrigatoriamente dependem de deliberação em reunião ou assembleia dos sócios.
 - d) A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas.
-

31. A propósito do contrato de franquia, não é correto afirmar que:
- a) tem validade independentemente de ser levado a registro perante cartório ou órgão público.
 - b) o termo franqueador, quando utilizado em qualquer de seus dispositivos, serve também para designar o subfranqueador.
 - c) é um contrato de adesão tutelado pelo Código de Defesa do Consumidor.
 - d) exige forma escrita, devendo ser assinado na presença de 2 (duas) testemunhas.
-

32. É correto afirmar que o direito de recesso, um dos instrumentos de proteção dos acionistas minoritários nas sociedades anônimas, consiste:
- a) no equilíbrio das ações com e sem direito a voto, determinando que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas à restrição no exercício desse direito, não ultrapasse 50% do total das ações emitidas.
 - b) na proteção do minoritário no caso de fechamento do capital de companhia aberta.
 - c) na faculdade conferida aos acionistas minoritários de participar na composição do conselho de administração da companhia por meio de eleição de um conselheiro.
 - d) na faculdade de o acionista retirar-se da sociedade em circunstâncias legalmente previstas, recebendo o valor de suas ações.
-

33. A propósito da fusão, cisão e incorporação das sociedades anônimas, não é correto afirmar que:
- a) a fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.
 - b) efetivada a cisão com extinção da companhia cindida, caberá aos administradores das sociedades que tiverem absorvido parcelas do seu patrimônio promover o arquivamento e publicação dos atos da operação.
 - c) a cisão é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.
 - d) na incorporação, desaparecem as sociedades incorporadas, em contraposição à sociedade incorporadora que permanece inalterada em termos de personalidade jurídica.
-

34. A propósito do instituto do aval, não é correto afirmar que:
- a) no aval a garantia dada tem caráter pessoal.
 - b) aval é uma garantia dada por um terceiro em título de crédito ou contrato de compra e venda mercantil.
 - c) subsiste a responsabilidade do avalista, ainda que nula a obrigação daquele a quem se equipara, a menos que a nulidade decorra de vício de forma.
 - d) no aval o garantidor não é protegido pelo benefício de ordem.
-

35. A propósito do instituto do protesto, assinale a alternativa incorreta.
- a) O protesto indevido de título cambial e documentos de dívida não enseja responsabilização por danos morais à pessoa jurídica.
 - b) A Fazenda Pública possui interesse e pode efetivar o protesto da Certidão de Dívida Ativa.
 - c) O endossatário de título de crédito por endosso-mandato só responde por danos decorrentes de protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário.
 - d) É ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.
-

36. A propósito do instituto do endosso, não é correto afirmar que:

- a) assumindo responsabilidade pelo pagamento, o endossante se torna devedor solidário.
 - b) pode ser total ou parcial.
 - c) a transferência por endosso completa-se com a tradição do título.
 - d) considera-se não escrita no endosso qualquer condição a que o subordine o endossante.
-

37. A propósito das normas que regulam o cheque, não é correto afirmar que:

- a) o cheque pagável a pessoa nomeada, com cláusula expressa "à ordem", não é transmissível por via de endosso.
 - b) as obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes.
 - c) o cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação.
 - d) o cheque não admite aceite considerando-se não escrita qualquer declaração com esse sentido.
-

38. O abuso da personalidade jurídica, a ensejar a sua desconsideração pelo Judiciário para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso, pode restar caracterizado pelo desvio de finalidade assim entendido como:

- a) transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.
 - b) cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
 - c) utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
 - d) ausência de separação de fato entre os patrimônios.
-

39. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, corresponde a qual tipo penal arrolado abaixo?

- a) Prevaricação.
 - b) Excesso de Exação.
 - c) Concussão.
 - d) Corrupção passiva.
-

40. A propósito do crime de peculato, não é correto afirmar que:

- a) é um crime formal.
 - b) admite-se o concurso de pessoa estranha ao serviço público.
 - c) não há impedimento para que o autor do crime seja responsabilizado por improbidade administrativa pelo mesmo fato.
 - d) somente pode ser praticado por servidor público efetivo ou comissionado.
-

41. A propósito das regras de aplicação, interpretação e integração da legislação tributária constantes do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta.

- a) O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
 - b) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
 - c) Utilizam-se os princípios gerais de direito privado para pesquisa da definição do conteúdo dos seus institutos e dos respectivos efeitos tributários.
 - d) O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
-

42. De acordo com as normas gerais de direito tributário a respeito da solidariedade tributária, não é correto afirmar que salvo disposição de lei em contrário:

- a) não comporta benefício de ordem.
 - b) o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais
 - c) a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.
 - d) a remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;
-

43. Indique, dentre as alternativas abaixo, aquela que não contempla hipótese de extinção do crédito tributário.

- a) Transação.
 - b) Prescrição.
 - c) Anistia.
 - d) Remissão.
-

44. De acordo com a doutrina majoritária, a elisão fiscal ocorre:

- a) quando o contribuinte simula um negócio jurídico para fugir da tributação.
 - b) quando o contribuinte se utiliza de meios lícitos para não pagar ou pagar menos tributo.
 - c) antes ou após o lançamento do fato gerador.
 - d) quando o contribuinte pratica atos que visam evitar o conhecimento do nascimento da obrigação tributária pela autoridade fiscal.
-

45. De acordo com as normas gerais de direito tributário, a respeito do lançamento tributário, não é correto afirmar que:

- a) a atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
 - b) a revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.
 - c) não se aplica ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração.
 - d) o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
-

46. De acordo com o regramento estabelecido na Lei nº 4.320/64, as dotações destinadas a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros, classificam-se como:

- a) inversões financeiras.
 - b) transferências de capital.
 - c) investimentos.
 - d) transferências correntes.
-

47. De acordo com o regramento estabelecido na Lei nº 4.320/64, os créditos destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, são considerados créditos:

- a) extraordinários.
 - b) especiais.
 - c) suplementares.
 - d) extravagantes.
-

48. Assinale, dentre as alternativas abaixo, taxa que não encontra previsão no vigente Código Tributário do Município de Santos, Lei nº 3.750/71 e alterações subsequentes.

- a) De licença para negociantes ambulantes.
 - b) De remoção de lixo domiciliar.
 - c) De expediente.
 - d) De conservação e limpeza de logradouros públicos.
-

49. De acordo com o que estabelece o Código Tributário do Município de Santos, Lei nº 3.750/71, assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que contempla matéria de competência decisória da Junta de Recursos fiscais.

- a) Remissão de débitos fiscais.
 - b) Prescrição.
 - c) Imunidade tributária.
 - d) Restituição de indébitos.
-

50. De acordo com o que estabelece a Lei nº 634/89 do Município de Santos, que dispõe sobre o imposto incidente na transmissão onerosa, entre vivos, de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, não é correto afirmar que, em regra, não estão compreendidos na incidência do imposto o ato oneroso, entre vivos, de:

- a) usufruto.
 - b) adjudicação.
 - c) remição.
 - d) retrovenda.
-